

# RELATÓRIO E CONTAS

## ANO 2018



**SEDE**  
Rua Pinheiro de Campanhã, 46B  
4300-415 Porto  
T 225 193 810 F 225 193 811  
geral@centrojuvenilcampanha.com

NIF 50.275985

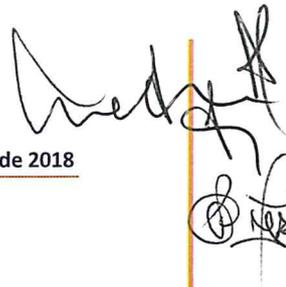
**PÓLO**  
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore  
4480-107 Vila do Conde  
T 252 249 470 F 252 249 479  
geral@centrojuvenilcampanha.com



**ÍNDICE**

<b>Órgãos Sociais</b> .....	3
<b>Introdução</b> .....	4
<b>Intervenção Social</b> .....	6
1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporário – Sede.....	6
2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo Vila do Conde..	10
3. Creche – Sede.....	17
4. Pré-Escolar – Sede.....	19
<b>Recursos Humanos</b> .....	22
1. Organograma.....	22
2. Funcionários.....	23
3. Rescisões do Contrato de Trabalho.....	24
4. Faixas Etárias dos Colaboradores.....	24
5. Habilitações Literárias.....	25
6. Género.....	25
<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	26
1. As Contas de 2018.....	26
2. Balanço Individual.....	27
3. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas.....	28
4. Demonstração Individual de Resultados por Funções.....	29
5. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa.....	30
<b>Anexo</b> .....	31

CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ



## Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

---

Presidente Vítor Manuel Santos Oliveira  
1º Secretário Joaquim Manuel Ferreira  
2º Secretário José Manuel Martins Sousa

### Administração

---

Presidente Armando Antero Rodrigues Moreira  
Tesoureiro Maria João Ferreira Borges de Avelar  
1º Secretário Nuno Miguel de Oliveira Moreira  
1º Vogal Carla Manuela da Silva Pereira  
2º Vogal Maria Amélia Florido Duarte Martins

### Conselho Fiscal

---

Presidente Luísa Maria Gonçalves Moreira  
1º Vogal Elisabete Marina Vieira Gonçalves de Vasconcelos  
2º Vogal Cecília Maria Cardoso Martins



## Introdução

O Centro Juvenil de Campanhã – Seminário dos Meninos Desamparados é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de utilidade pública, fundada na cidade do Porto, em 6 de janeiro de 1814 nos termos de Decreto-Lei nº 460/77 de 7 de novembro, e das leis em vigor, inscrita na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 73/83, de 28 de dezembro.

O Centro Juvenil de Campanhã tem como objetivo principal a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, completou 204 anos de atividade, vividos em prol do bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

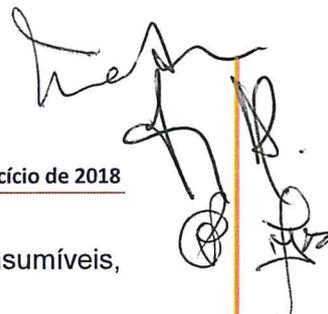
As contas e atividades hoje apresentadas são, no nosso entendimento, de pleno sucesso, porque espelham, exatamente, a estratégia planeada, devendo ser prestado o devido reconhecimento a todos os que contribuíram para se alcançar este objetivo, realçando a persistência, perseverança e dedicação dos Órgãos Sociais e Direções do Centro Juvenil de Campanhã. Aliás, todos os membros da Mesa Administrativa que iniciaram funções para o mandato 2017-2021, demonstraram grande entrega e empenho nas suas funções e no prosseguimento do objetivo e rigor e contenção, assumindo o compromisso de desenvolver a sua atividade de forma sustentada.

Uma das mudanças implementadas na Instituição, com impacto em todas as áreas, foi ao nível da área alimentar, tendo sido feita uma reflexão com base num processo cuidadosamente preparado que levou à contratação de uma Nutricionista em regime de prestação de serviços.

O trabalho de equipa, a articulação entre áreas e a supervisão, foram aspetos focados no planeamento para o ano de 2018, como necessidades de continuidade e reforço, como forma de rentabilização de recursos e melhoria de procedimentos. De um modo geral, podemos dizer que os objetivos foram cumpridos.

Destaca-se, ao nível do departamento de contabilidade e tesouraria, o cumprimento de todos os prazos legais e fiscais ao nível das obrigações contabilísticas.

No que diz respeito às direções nos mais diversos assuntos gerais da instituição foi realizado um acompanhamento mensal, com análises regulares ao nível do controlo

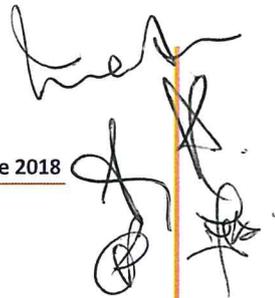


de gastos com material de higiene e limpeza, material de escritório, consumíveis, combustível e comunicações.

O acompanhamento aos processos de auditoria desenvolvidos pelo ROC. Como principais dificuldades sentidas pela instituição são de relevo os aumentos salariais advindos das Convenções Coletivas de trabalho e de disposições legais e a conservação do edificado dos equipamentos sociais.

Assim e após breves considerações e transmissão da realidade da Instituição foi um ano de trabalho de esforço e cumprimento.

A Mesa Administrativa agradece a toda a equipa da Instituição, funcionários, voluntários e Parceiros, principalmente a quem realmente se dedica ao trabalho que desenvolvemos diariamente e a quem reconhece o esforço feito pela Instituição.



## Intervenção Social

### 1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência Casa de Acolhimento Temporária (Sede)

Este balanço visa uma avaliação geral ao trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2018 nas respostas sociais da CAR, UE e CAT.

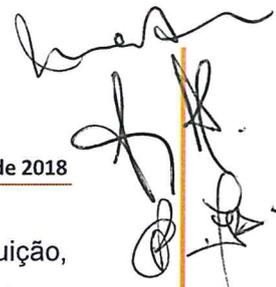
De destacar o trabalho da equipa técnica que, pelas diferentes formações académicas que a compõem, através da figura do gestor de caso, conseguiu levar a cabo um trabalho de maior proximidade e de eficiência, onde o grande enfoque foi o acompanhamento mais personalizado às nossas crianças e jovens em acolhimento, em meio natural de vida e respetivas famílias.

Da mesma forma, a equipa técnica conseguiu encontrar estratégias de intervenção que permitiram auxiliar as crianças e jovens em situações de maior complexidade, tendo em consideração as características de cada uma delas, prestando uma melhoria na qualidade do acolhimento. Por parte dos elementos afetos à equipa educativa houve um maior empenho, possibilitando um acompanhamento mais próximo a cada uma das crianças e jovens, na medida em que também eles os auxiliam na aquisição de competências pessoais e sociais e supervisionam as rotinas do dia-a-dia, como sejam as atividades lúdicas, recreativas e de desporto, o apoio na realização da higiene pessoal, refeições, encaminhamento para a escola, entre outras.

De destacar que, a par do trabalho direto com as crianças e jovens, se privilegiou a individualidade, a privacidade e a confidencialidade de cada uma. No que concerne ao acompanhamento familiar, este visou uma avaliação diagnóstica mais fidedigna das dinâmicas familiares, possibilitando uma maior implicação das famílias na definição e participação nos projetos de vida de cada uma delas.

Existe um espaço destinado à supervisão de ambas as equipas, que permite encontrar, definir e delinear um conjunto de estratégias e de novas abordagens por forma a fazer face aos desafios inerentes do dia-a-dia das crianças e jovens, bem como das suas famílias.

Ao nível do estudo, foi reforçada a articulação entre a Casa e as diversas entidades escolares, tendo os jovens usufruído de apoio nas aprendizagens mediante as dificuldades que foram apresentando, em períodos distintos, beneficiando do



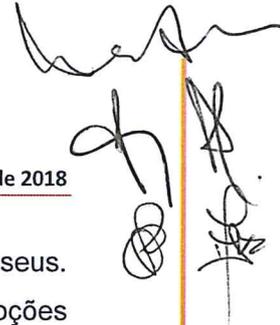
acompanhamento prestado por um professor que foi destacado para a nossa Instituição, proveniente de uma parceria entre a DGESTE e a Segurança Social – Projeto CASA. Para além do acompanhamento ao nível do estudo, foi possível criar outras atividades de carácter lúdico, tendo para isso sido fundamental o apoio das equipas, da equipa de voluntários e estagiários que tivemos ao longo do ano.

Com o objetivo de promover a autonomia dos jovens foram desenvolvidas atividades de Competências para a Vida, que visaram dotar os jovens de habilidades de gestão financeira e doméstica, bem como de conhecimentos pertinentes para a vida em sociedade. De ressaltar que, para o desenvolvimento das competências de autonomização, para além do trabalho levado a cabo pelas equipas, foi possível continuar a contar com a parceria da GAS Porto, onde se deu seguimento ao projeto Percursos.

Tal como previsto, ao longo do ano realizaram-se semanalmente as Dinâmicas de Grupo, com o objetivo de promover a discussão sobre diversos temas subjacentes a problemáticas comuns da adolescência. Assim, foram abordados temas como o consumo de substâncias, a importância da educação, a procura ativa de emprego, estratégias de resolução de conflitos, os perigos e as potencialidades da internet e das redes sociais, o futuro e a autonomia, entre outros. Estes encontros temáticos, dinamizados pelos colaboradores da Casa, em colaboração com a estagiária à Ordem dos Psicólogos, procuraram não só desenvolver competências pessoais e sociais, mas também proporcionar um espaço de partilha de experiências e de auto e hetero conhecimento, no sentido de fortalecer o espírito de coesão e entreajuda entre as crianças e os jovens.

No que concerne à prática de atividades desportivas, procurou-se desenvolver o gosto pelas mesmas e foram desenvolvidos alguns contactos com várias entidades desportivas de modo a integrar alguns jovens nos escalões de formação. Para além destes, ao longo do ano foram dinamizados pelos colaboradores, atividades de carácter desportivo, por forma a proporcionar momentos de convívio entre todos e fomentar nos jovens laços de pertença, coesão e espírito de grupo na Casa.

Ainda no âmbito das atividades desportivas, importa fazer referência ao Projeto Portugal Numa Bancada, da Divisão Municipal da Ação Social da Câmara Municipal do Porto, quem, por diversas vezes, ofereceu bilhetes para as nossas crianças e jovens irem visionar os jogos da Seleção Nacional de futebol. Contamos ainda com o apoio da Altice, na medida em que ao longo do ano, foi oferecendo bilhetes para os jogos que se



realizaram no Estádio do Dragão, assim como bilhetes para visitas a museus. Relativamente às atividades programadas para as pausas letivas/interrupções escolares, deu-se prioridade à realização de atividades a decorrer fora da Instituição (visitas a museus, parques, campismo, praias, etc...), consideramos que na sua maioria, decorreram de modo positivo, tendo as crianças e jovens aderido com interesse e motivação. Importa ainda referir, que ao longo do mês de agosto, foi disponibilizado um autocarro para que todos tivessem a possibilidade de ir à praia. Ainda no âmbito da pausa letiva de verão, em cooperação com o Projeto Missão Férias, da Câmara Municipal do Porto, foram proporcionados campos de férias, com diferentes atividades para algumas das nossas crianças e jovens.

Face ao delineado no plano anual de atividades para o ano de 2018, de uma forma geral, a taxa de execução das atividades foi positiva, as atividades foram concretizadas de acordo com o previsto, dando cumprimento aos objetivos propostos, tendo as atividades sido organizadas e dinamizadas pelas equipas, muitas das vezes em colaboração com os voluntários e estagiários na Casa.

Convém salientar que, em consonância com o panorama geral do acolhimento residencial no país, cada vez mais as solicitações provêm de Centros Distritais que não o nosso e de jovens em faixa etária próxima à maioridade e em situação de maior instabilidade emocional, com percursos de vida difíceis, muitas das vezes sem relações afetivas, sem gosto e hábitos escolares, com atitudes e comportamentos sociais gravosos.

Em jeito de conclusão, com base numa relação sustentada na abertura e plasticidade da direção técnico-pedagógica com as equipas, é possível estabelecer como balanço positivo todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano 2018, tendo sempre como principal objetivo o garante e a defesa dos direitos de cada criança, jovem e família. Tanto que, este trabalho permitiu que, ao longo do ano transato, fosse criada uma maior estabilidade na dinâmica de funcionamento da Casa, que, a nosso ver, levou a que tivesse havido um maior fluxo de pedidos de acolhimento, que se traduziu num aumento das crianças e jovens admitidas.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

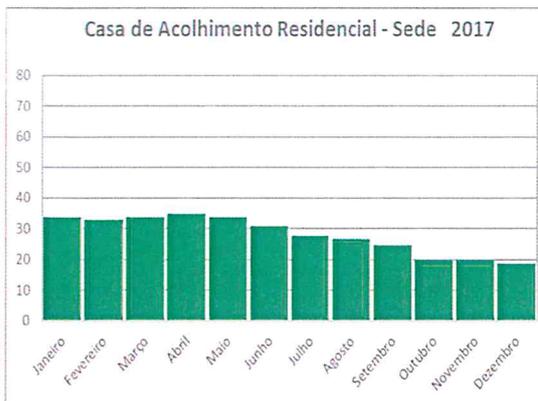


Gráfico 1: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

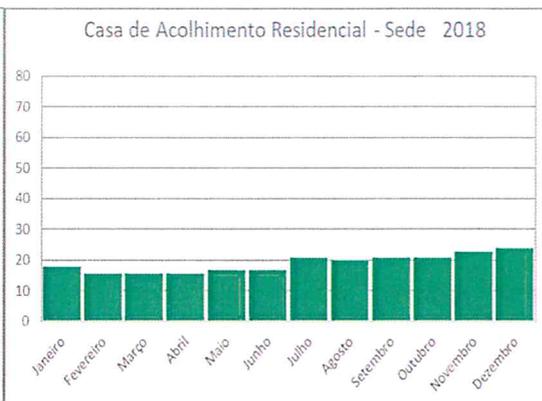


Gráfico 2: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

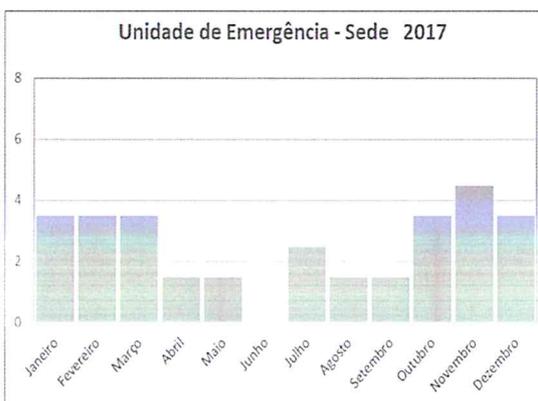


Gráfico 3: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

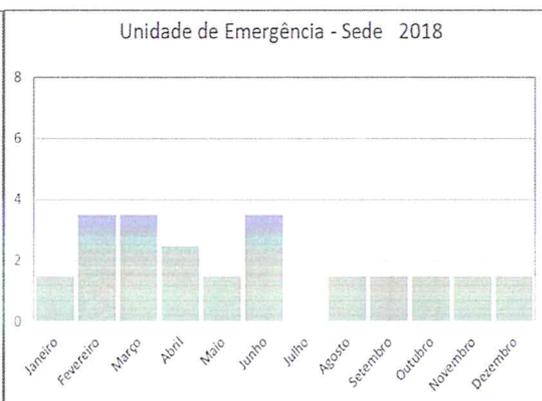


Gráfico 4: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

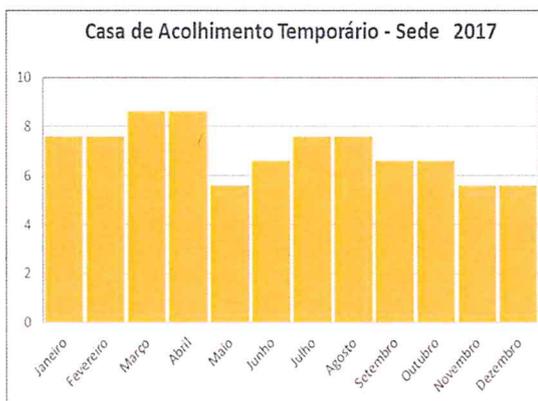


Gráfico 5: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

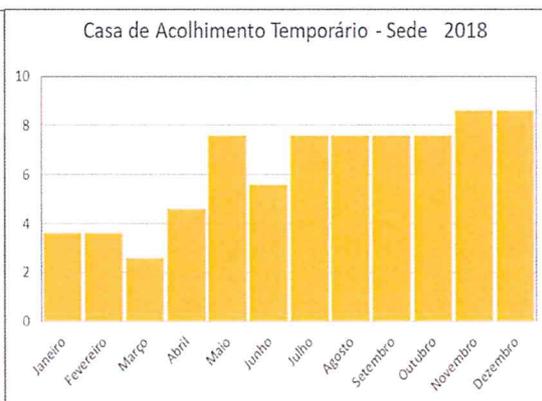


Gráfico 6: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018



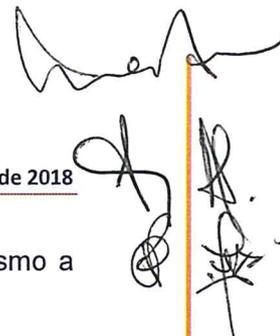
## 2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo de Vila do Conde

Este relatório foi elaborado com o objetivo de espelhar a intervenção desenvolvida nos diferentes âmbitos, tais como: atividades, intervenção familiar, acompanhamento escolar, dinamização dos projetos de vida e interação entre as equipas, entre outros, durante o ano civil de 2018. Com o propósito de proporcionar aos jovens acolhidos uma estrutura de vida tão aproximada quanto possível à de um núcleo familiar normativo, é objetivo da Casa de Acolhimento Residencial (CAR) promover, de uma forma holística e equilibrada, o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos jovens acolhidos, incentivando a sua integração e adaptação, bem como o aumento do seu sentimento de pertença, não só em relação ao grupo de pares, mas também à Instituição *per si*.

Recorrendo a uma abordagem promotora das capacidades biopsicossociais dos jovens, pretende-se com a nossa intervenção, ir de encontro à satisfação das necessidades dos jovens acolhidos, perspetivando-se que atinjam mudanças positivas e significativas, de forma a aprimorarem competências de comunicação, socialização, interajuda, autoestima e autocrítica.

Realçamos a importância do aprender de forma generalizada e nas várias dimensões de vida em que os jovens se inserem, sendo que aprender é atuar. Pretende-se adquirir instrumentos para intervir na própria realidade, aprender a relacionar-se, ou seja, adquirir as capacidades para interagir com os outros e aprender a pensar, construindo uma forma específica de interpretar a realidade estando na sua base a evolução/crescimento.

Através das diferentes intervenções planificadas objetiva-se a participação efetiva dos jovens em dinâmicas e atividades socioculturais (artísticas, desportivas e lúdico-recreativas) que promovam saberes e competências pessoais e sociais, como “**saber-ser, saber-estar e saber-fazer**”, impulsionando ainda a interação adequada e positiva entre os pares e os diferentes adultos da CAR, procurando facilitar e reforçar laços de confiança e de afeto. Pretendemos igualmente uma aproximação dos jovens aos contextos escolares frequentados, e a boa integração nos mesmos, que traduz-se em resultados escolares mais positivos e motivadores para a sua frequência. Ainda, no âmbito da intervenção planificada é nosso objetivo desenvolver na população acolhida, competências ao nível pessoal e social impulsionadoras da autonomia, que permitam uma integração social ativa. Paralelamente, é efetuado trabalho multidisciplinar de



forma à concretização dos projetos de vida dos jovens, sendo inerente ao mesmo a intervenção familiar.

Na nossa estratégia, o jovem em acolhimento, é o cerne da atividade, deste modo focaliza-se a intervenção na pessoa e no seu ambiente, nas necessidades, e nas suas expetativas.

Assumindo como prioridade os interesses e as motivações, as necessidades e as potencialidades dos jovens acolhidos, a nossa intervenção expecta a maximização dos recursos existentes (humanos e logísticos) e a promoção de um trabalho em rede com outras organizações e entidades ligadas ao setor social que possibilite o acesso a novos e a mais recursos, proporcionando aos jovens novas experiências de vida.

### Dinamização dos projetos de vida

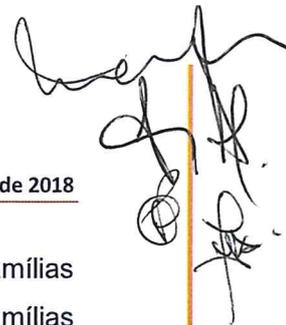
Tendo em conta que a medida de acolhimento residencial deve ser aplicada quando não existem outras alternativas, devendo sempre ser privilegiadas as medidas que preservem a integração no meio natural de vida, é objetivo da Equipa Técnica da CAR promover condições e competências quer nos jovens, quer nas famílias de forma a que o seu acolhimento tenha uma duração o mais curta possível.

Assim, a intervenção ao nível do **acompanhamento familiar** pauta-se sobretudo pela promoção da participação e responsabilização das famílias no projeto de vida dos jovens, visando o seu regresso, em tempo útil, à família de origem, ou quando esta não se constitui como resposta, são avaliadas alternativas familiares que possam ser viáveis, de forma a promover a reintegração dos jovens no meio natural de vida.

Posto isto, as linhas orientadoras da ação passam por:

- Avaliação diagnóstica da família;
- Articulação e sensibilização da família para a mudança dos fatores de risco e potenciamento das competências com vista à concretização do seu projeto de vida;
- Promoção dos contactos dos jovens com os elementos familiares de referência;
- Realização de contactos e visitas regulares aos agregados familiares, bem como, a sua pertença na instituição;
- Fomentar o envolvimento da família nos projetos de mudança nos jovens.

Contudo, deparamo-nos com alguns obstáculos inerentes ao trabalho no terreno, e que envolve outros atores sociais dos quais destacamos, a fraca adesão de algumas famílias à intervenção delineada; a escassez de estruturas e recursos nos locais de residência que permitam a continuidade da intervenção realizada e a manutenção das



competências adquiridas durante o acolhimento; a fraca disponibilidade das famílias para se deslocarem às instalações da CAR; a desresponsabilização de algumas famílias durante o processo de acolhimento; o acolhimento tardio e as problemáticas comportamentais que caracterizam o perfil de alguns jovens acolhidos que dificultam a intervenção com a família pois condicionam o tempo disponível para a atuação, assim como, dificultam a abrangência do acompanhamento.

Porém, convém salientar que, de forma geral, a relação estabelecida entre a nossa Equipa e os familiares dos jovens é pautada pela confiança e respeito mútuos, existindo na maioria das situações partilha de informação e histórias de vida, recorrendo com regularidade à ajuda e orientação dos Técnicos, existindo uma clara relação de proximidade e valorização da intervenção efetuada quer junto dos jovens, quer com as famílias, frequentemente expressada pelas mesmas.

Ao nível da intervenção no âmbito dos projetos de vida de **autonomia** consideramos importante apostar na formação dos jovens e auxiliá-los na aquisição e desenvolvimento de competências quer de índole pessoal como social.

Neste sentido, é colocado em prática o programa de Competências para a Autonomia de Vida que, sendo faseado e adequado às idades dos jovens acolhidos, procura incidir sobre as suas necessidades reais, mais urgentes e úteis à sua vida quotidiana após a institucionalização, proporcionando assim a oportunidade dos jovens desenvolverem e/ou reforçarem fatores de proteção.

O programa de competências para a autonomia de vida visa treinar os jovens nas seguintes dimensões:

- Higiene pessoal;
- Higienização dos espaços individuais;
- Noções de gestão de dinheiro;
- Elaboração de um Curriculum Vitae;
- Preparação para Entrevista de Emprego;
- Procura Ativa de emprego;
- Procura de habitação própria;
- Gestão do orçamento da habitação;
- Desenvolvimento de Competências Pessoais: Cozinha, lavandaria, gestão do quarto de autonomia.



Tendo em conta as suas características específicas, os jovens com projeto de vida de **acolhimento permanente**, são alvo de uma intervenção mais específica. Uma vez que o projeto de vida dos jovens mencionados passará pela transferência para outra estrutura residencial, cabe à nossa Equipa a sua sinalização e articulação com as entidades externas, de forma a concretizar a referida transferência, assegurando também o acompanhamento destes jovens a entrevistas em lares residenciais, com o objetivo de validar a mesma.

Como indicadores da intervenção efetuada apontamos que no ano de 2018 tivemos uma frequência média de acolhimento de 14 jovens, tendo sido concretizados os seguintes projetos de vida: 3 reunificações na família nuclear, 1 reunificação na família alargada, 1 saída de um jovem sem medida (maior de 18 anos) e 2 transferências para comunidades terapêuticas.

A 31 de Dezembro de 2018 os projetos de vida definidos para os jovens acolhidos à data, são os seguintes:

- Autonomização: 7;
- Reintegração Familiar: 3;
- Acolhimento Permanente: 2.

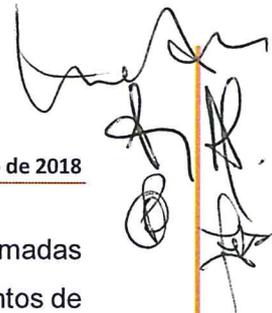
### Avaliação e acompanhamento escolar

No decorrer do ano letivo 2017-2018, assim como no início do ano letivo 2018-2019 a Equipa da CAR teve como princípio a distribuição dos jovens pelo máximo número de escolas, para desta forma diminuir a concentração dos jovens por nós acolhidos num só agrupamento. Perante o exposto, a nossa Equipa considerou bastante positiva e eficaz esta medida, tendo diminuído a existência de ocorrências disciplinares no contexto escolar.

### Reuniões

Para fomentar o bom funcionamento pedagógico da CAR, é de salientar a importância das reuniões de equipa técnica, assim como as reuniões entre equipas, sendo de igual importância as assembleias de jovens e as reuniões com entidades externas.

Estes momentos de reflexão e de ajuste nas práticas educativas ocorrem com frequência semanal no caso das reuniões de equipa técnica, mensal nas reuniões entre equipas e assembleia de jovens.



Nestes encontros é focada a atenção na discussão de casos, existindo tomadas de decisão, relativamente à dinamização de cada caso em particular. São momentos de partilha de dúvidas, de aprendizagens, de transmissão de informações relevantes sobre os jovens, contribuindo para um ajuste da intervenção, de acordo com as necessidades identificadas e sugestões facultadas por todos os profissionais.

Nas assembleias é dada voz aos jovens sobre os assuntos que os mesmos consideram relevantes, assim como sugestões de melhoria de alguns aspetos considerados por si, sendo igualmente, debatidos, nestes momentos, situações problemáticas, com vista a colmatar as mesmas, assim como evidenciados os aspetos positivos e os progressos alcançados.

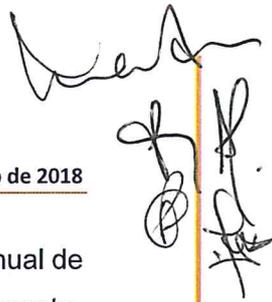
As reuniões com as entidades externas como ISS, CPCJ'S, Técnicas de Acompanhamento da CAR, Escolas, Clubes Desportivos, Entidades com intervenção na área da saúde, CLAS e Associações Locais são de carácter relevante para um trabalho articulado, em rede. Com esta aproximação conseguimos transmitir a nossa missão para a comunidade, obtendo a colaboração da mesma nas propostas de integração dos jovens nos diversos contextos, facilitando a inclusão e a aceitação da população acolhida pela comunidade envolvente. As reuniões com estas entidades, são consideradas pela nossa equipa como bastante positivas e facilitadoras de intervenção, ocorrendo de forma regular e de acordo com as necessidades que vão sendo identificadas.

### Atividades

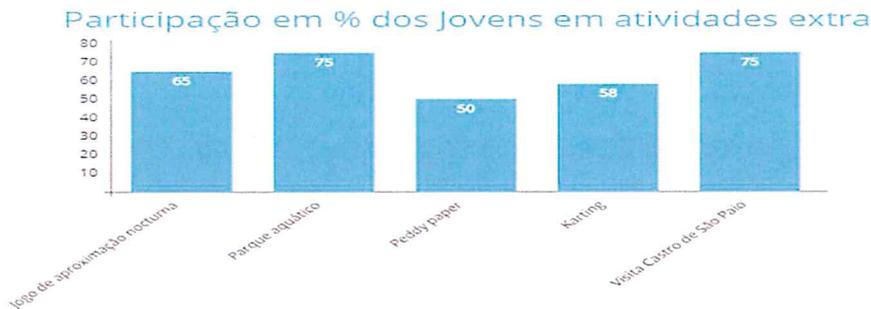
As atividades que se desenvolveram tiveram como premissa, a criação de momentos que propiciaram a criação e solidificação de laços de confiança, não só entre os jovens, mas também, com os adultos da CAR, construindo-se desta forma, uma base de trabalho assente na proximidade e na existência de uma relação securizante, passível de se constituir como fator protetor no que concerne o desenvolvimento biopsicossocial dos jovens.

### Análise e apresentação de dados

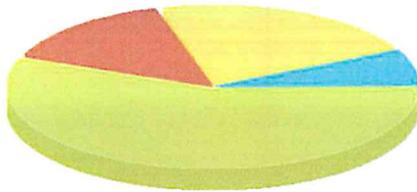
Procedendo-se a uma análise geral das avaliações dos adultos que acompanharam as diversas atividades realizadas, verifica-se que as mesmas foram realizadas com satisfação por parte dos jovens intervenientes.



Como amostra de algumas das atividades não contempladas no Plano Anual de Atividades para 2018, mas realizadas com boa adesão por parte dos jovens, apresenta-se o seguinte gráfico:



Além das atividades programadas no Plano Anual de Atividades (mais de 75% realizadas), foram desenvolvidas mais 24 atividades extra, em que consideramos que a percentagem de participação dos jovens foi positiva, visto que a maioria dos nossos jovens participou ativamente nas atividades propostas, dando como exemplo as presentes no gráfico supra.



Muito Bom	
Bom	
Satisfaz Bastante	
Satisfaz	

Na análise aos dados deste gráfico, verificamos, que tal como tem vindo a ser evidenciado nos planos de atividades anteriores, os jovens continuam a valorizar as atividades desenvolvidas pelo CJC, expressando uma grande satisfação na interação entre pares, e também com os dinamizadores das atividades. A participação dos jovens nas atividades revelou-se bastante positiva. Os dados apresentados vão de encontro à forma como os jovens verbalizaram no decorrer da sua participação.

### Conclusão

Da análise geral do ano de 2018 é de salientar o positivo funcionamento da CAR nas diversas dimensões, tendo sobretudo diminuído de forma abrupta o número de ocorrências ao nível comportamental dos jovens, sendo no final do ano civil quase inexistentes. O ambiente é favorável a um acompanhamento altamente individualizado, devido à diminuição do número de novos acolhimentos e conseqüente diminuição do



número de jovens acolhidos. O trabalho de intervenção familiar efetuado por parte da Equipa tem sido frutífero, nomeadamente ao nível das reunificações familiares e no trabalho intensivo que é efetuado com as famílias mais problemáticas, perpetuando-se este trabalho após a desinstitucionalização.

Apesar da maioria dos jovens terem como projeto de vida a autonomia de vida, a nossa equipa conseguiu diligenciar com sucesso a concretização dos projetos de vida de reunificação familiar que se apresentam em menor número. Ainda, relativamente aos projetos de vida de autonomia de vida alguns ainda não foram concretizados, pois a sua dinamização carece de uma intervenção em rede, que embora existente, se depara, com constrangimentos burocráticos, assim como ao nível de financiamento, como por exemplo: os apartamentos de autonomia de vida.

A relação com os agentes escolares revela-se bastante positiva, existindo uma estreita e regular articulação entre a CAR e os responsáveis escolares, conseguindo-se em tempo útil a resolução de problemas que possam existir, havendo igualmente, por parte dos contextos escolares uma maior aceitação e compreensão do perfil dos jovens, não os subjugando ao conceito de “meninos institucionalizados”. Posto isto, as frequentes queixas que surgiam nos contextos escolares diminuíram significativamente, encontrando os agentes escolares ferramentas e estratégias de resolução dos problemas existentes, internamente. A melhoria da intervenção das escolas, traduziu-se em resultados escolares mais positivos por parte dos jovens acolhidos.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2018 foram do agrado dos jovens, tendo ido ao encontro das necessidades e interesses dos mesmos, existindo um leque de atividades bastante abrangente, mantendo-se maioritariamente atividades que promoveram a prática desportiva e as realizadas no exterior.

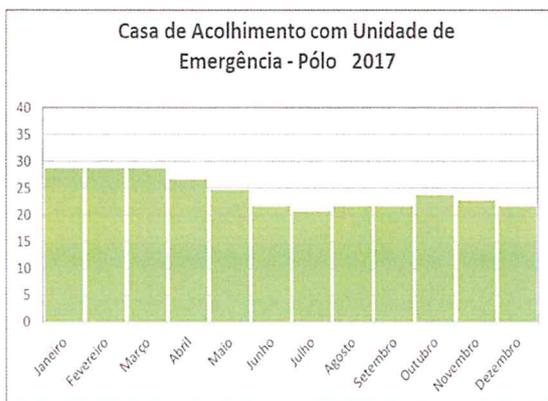


Gráfico 7: N.º utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

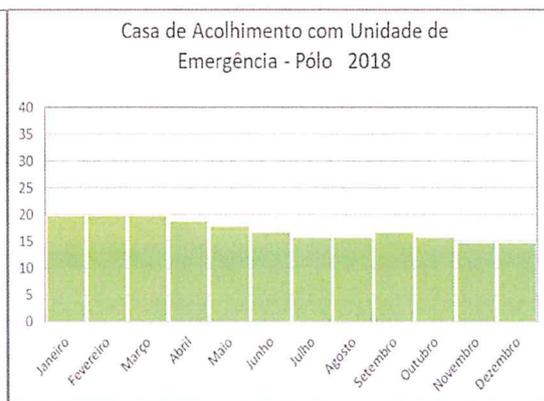


Gráfico 8: N.º utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018



### 3. Creche - Sede

A CRECHE é uma resposta social de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança, destinada a acolher crianças dos 3 meses até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Constituem objetivos da Creche:

- a. Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- b. Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo educativo;
- c. Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- d. Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- e. Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- f. Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde;
- g. Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.

A Creche conseguiu ao longo do ano de 2018 a sua ocupação máxima de 45 crianças. As Educadoras de Infância com o apoio das Ajudantes de Ação Educativa, atuaram com um objetivo comum – prestar uma resposta educativa de qualidade adequada às crianças.

O seu funcionamento foi caracterizado por maior aposta na qualidade, rigor e empenho por parte dos colaboradores, o que resultou no decurso do ano 2018 uma crescente satisfação dos encarregados de educação.

O Plano de Atividades foi encarado numa dupla perspetiva:

- Um instrumento de planificação, na medida em que procurou programar as atividades desenvolvidas no ano de 2018;
- De envolvimento e comunicação por parte de todos os atores educativos. Contudo, o Plano de Atividades nunca foi encarado como um documento estanque, a existência de um plano previamente definido foi, sem dúvida, um excelente auxiliar de sucesso, mas permaneceu aberto ao seu próprio enriquecimento.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

### Atividades realizadas

No âmbito das propostas do PAA, foram concretizadas com sucesso. Para além das atividades previstas no PAA, e no decorrer do ano 2018 foram realizadas mais três atividades:

- Yoga na sala de 1 ano e 2 anos;
- Expressão musical;
- Participação na campanha do Pai Natal Solidário dos CTT ([www.painatalsolidario.pt](http://www.painatalsolidario.pt)) que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio social em que estamos inseridos.

No ano 2018, foram mantidos os protocolos existentes com a **E.S.E Paula Frassinetti** e **ELI Porto Oriental** (Intervenção Precoce na Infância).

Na sequência do cumprimento do Plano Anual e considerando as atividades realizadas destacam-se como aspetos mais relevantes:

- Execução de todas as atividades propostas;
- A calendarização foi cumprida;
- Participação dos elementos da comunidade educativa na concretização do plano;
- Contributo para o enriquecimento pedagógico/educativo das crianças;
- Empenho e participação da comunidade educativa;
- Pertinência e adequação dos temas propostos;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento da Creche com a comunidade.

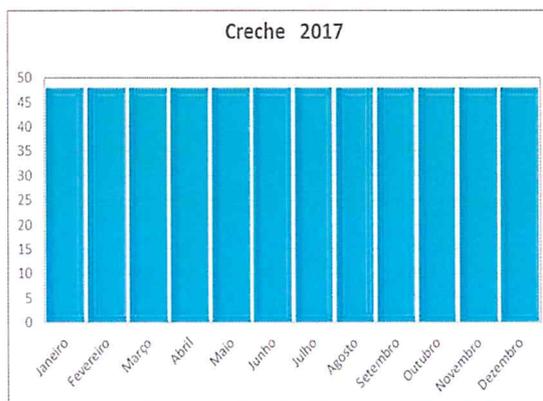


Gráfico 9: N.º utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

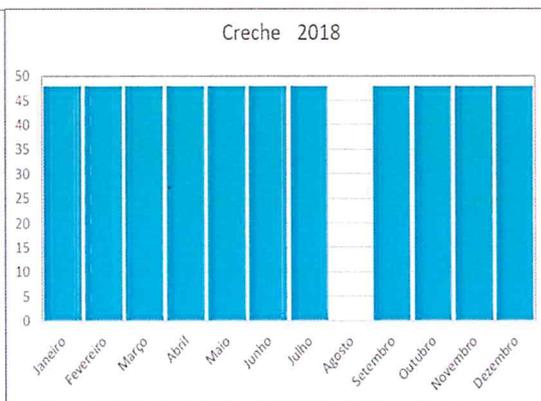


Gráfico 10: N.º utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018



#### 4. Pré-Escolar - Sede

A resposta social pré-escolar, tal como está estabelecido na Lei Quadro (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), destina-se às crianças entre os 3 anos e a entrada na escolaridade obrigatória, sendo considerada como “a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”.

O Pré-escolar está organizado em duas componentes, uma educativa e outra de apoio à família, prestando, em cada uma delas, um conjunto de atividades e serviços. É um espaço educativo, pensado e organizado em função da criança e adequado às atividades que nele se desenvolvem, onde convive com outras crianças, onde realiza atividades variadas, sozinha e em grupo, fazendo aprendizagens importantes, partilhando e trocando saberes, desenvolvendo um espírito democrático para melhor aprender e conhecer o mundo que a rodeia.

A equipa técnica com o apoio da equipa educativa do pré-escolar conseguiu de uma forma intencional e dinâmica, atuar de acordo com as características e necessidades das crianças, e deste modo ir adequando a sua intervenção educativa.

O Pré-Escolar ao longo do ano de 2018 obteve uma ocupação máxima embora com pequenas flutuações ligada à saída de crianças (habitual nos meses de setembro e outubro por surgimento de vagas nos equipamentos públicos). O seu funcionamento foi caracterizado por maior aposta na qualidade, rigor e empenho por parte dos colaboradores, o que resultou no decurso do ano 2018 uma crescente satisfação dos encarregados de educação.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2018 no PAA tiveram em conta, as linhas orientadoras definidas em dois documentos essenciais:

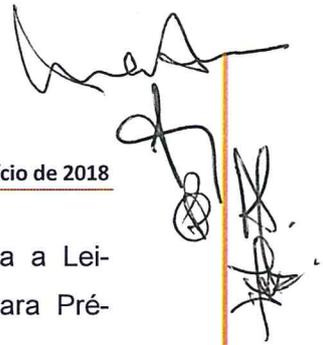
- **Projeto Educativo de Pré-escolar**

Com este projeto pretendemos dar uma educação global, integrante, que potencia, valoriza e promove a capacidade de observação, o sentido crítico, a transformação, a exploração e vivência de emoções, e o desenvolvimento da criatividade das crianças.

- **Projeto Curricular de Sala**

Documento que define as estratégias de concretização e de desenvolvimento das orientações curriculares para a educação pré-escolar, visando adequá-lo ao contexto de cada grupo/turma.

CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ



Os objetivos pedagógicos destes documentos, têm como referência a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e as novas Orientações Curriculares para Pré-Escolar, tais como:

- a) promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- b) fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- c) contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- e) desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente, no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h) proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

### Atividades realizadas

No ano de 2018 todas as atividades propostas no PAA foram realizadas de acordo com o programado.

Para além das atividades previstas no PAA, surgiram no decorrer do ano de 2018 seis novas atividades:

- Dança (AEC);
- Inglês (AEC);
- Expressão musical;

- a visita à nossa instituição do **PROGRAMA EDUCATIVO: Nestlé crianças saudáveis**;
- o convite para a participação no evento **BIOBLITZ Serralves 2018**;
- a participação na **Campanha do Pai Natal Solidário dos CTT** que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio socioeconómico em que estamos inseridos.

No ano de 2018 mantiveram-se os protocolos com a **ESE Paula Frassinetti** e a **ELI Porto Oriental** (Intervenção Precoce na Infância).

### Conclusão

Consideramos que o PAA se constitui como um importante veículo de união e interação da organização escolar, funcionando como um instrumento de divulgação de identidade. Permitiu em primeiro lugar, um enriquecimento curricular dos alunos, em segundo, à promoção da interdisciplinaridade e articulação dos conteúdos.

Concluído mais um ano, destacam-se como aspetos mais relevantes:

- O elevado grau de execução do PAA;
- A calendarização foi cumprida;
- Participação dos elementos da comunidade na concretização do plano;
- Contributo para o enriquecimento curricular dos alunos;
- Empenho e participação da comunidade educativa;
- Pertinência e adequação dos temas propostos;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento do pré-escolar com a comunidade.

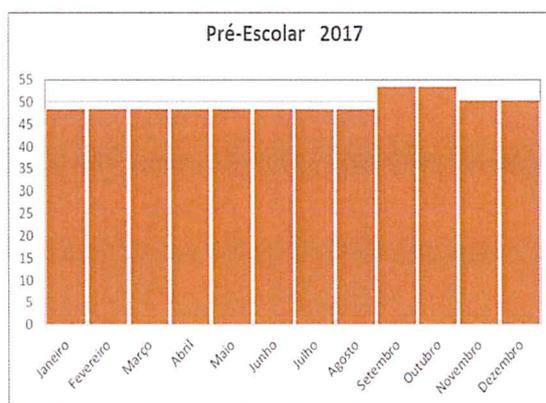


Gráfico 11: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

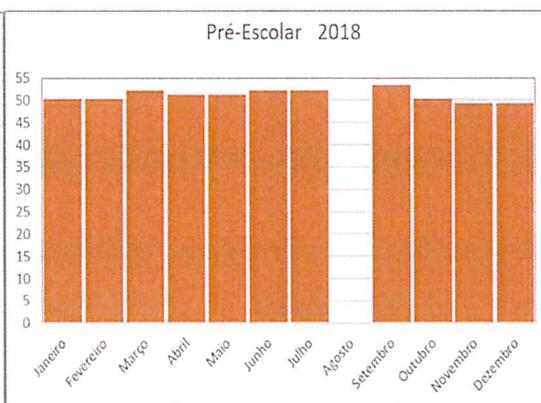
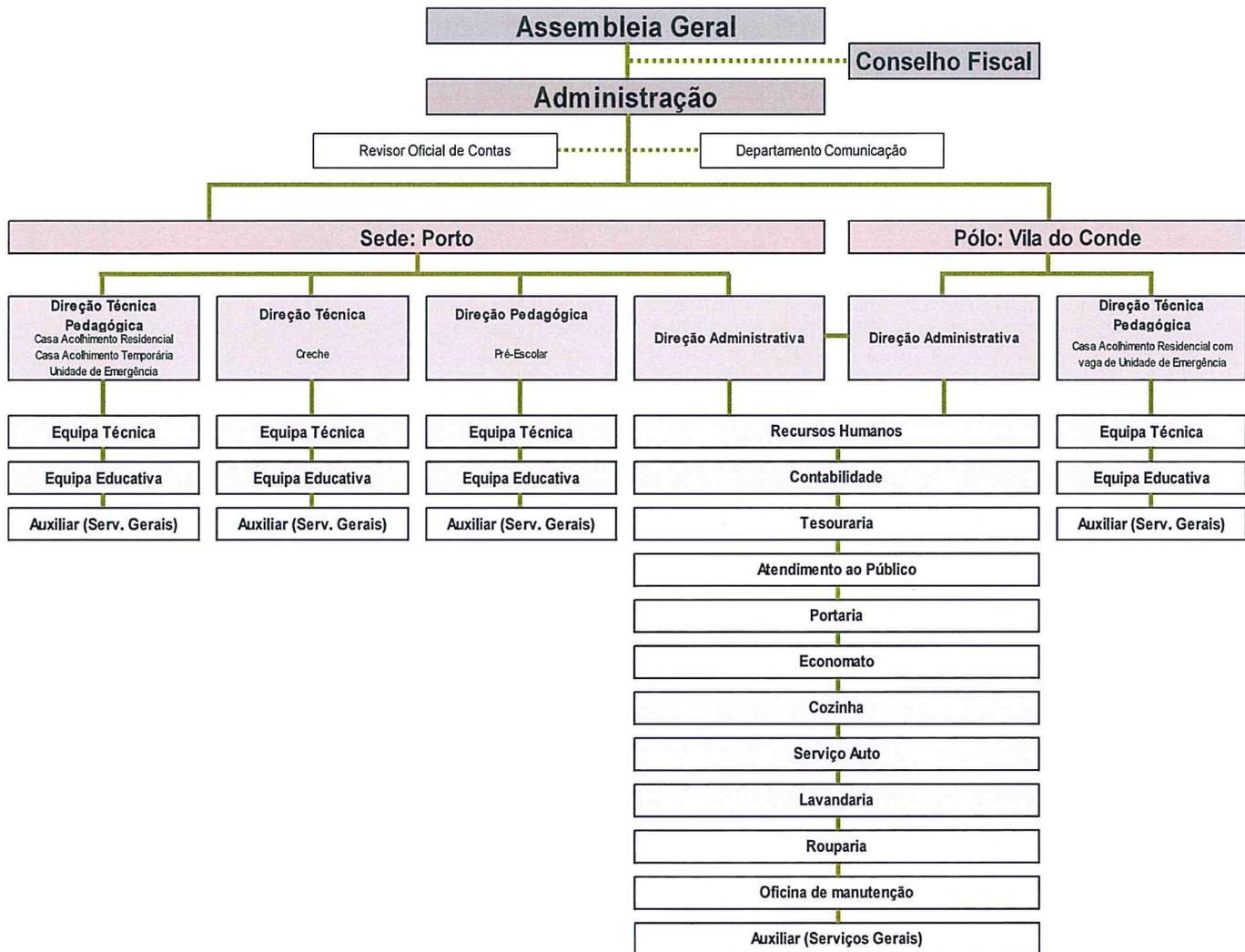


Gráfico 12: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

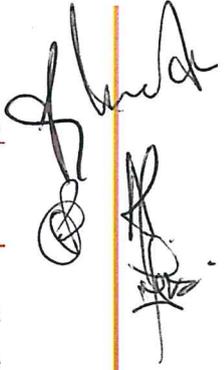


## Recursos Humanos

### 1. Organograma

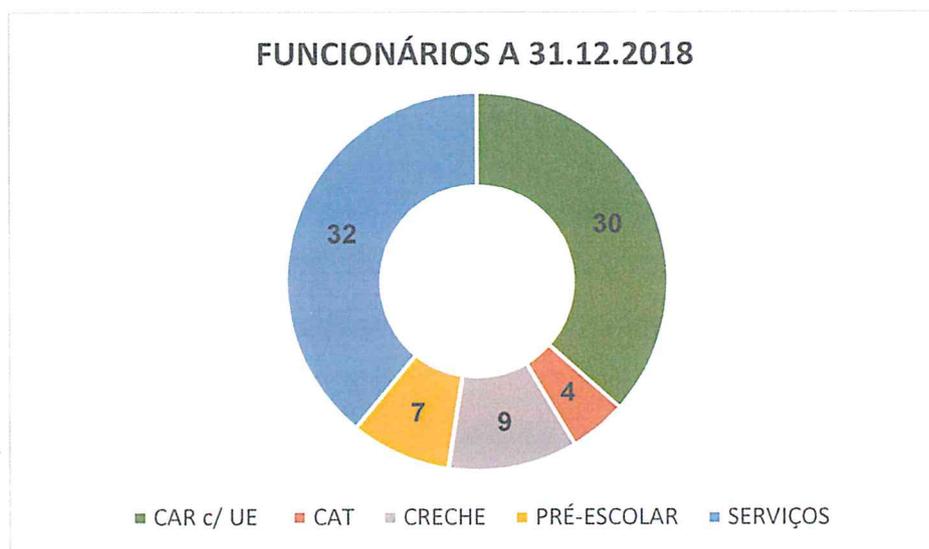
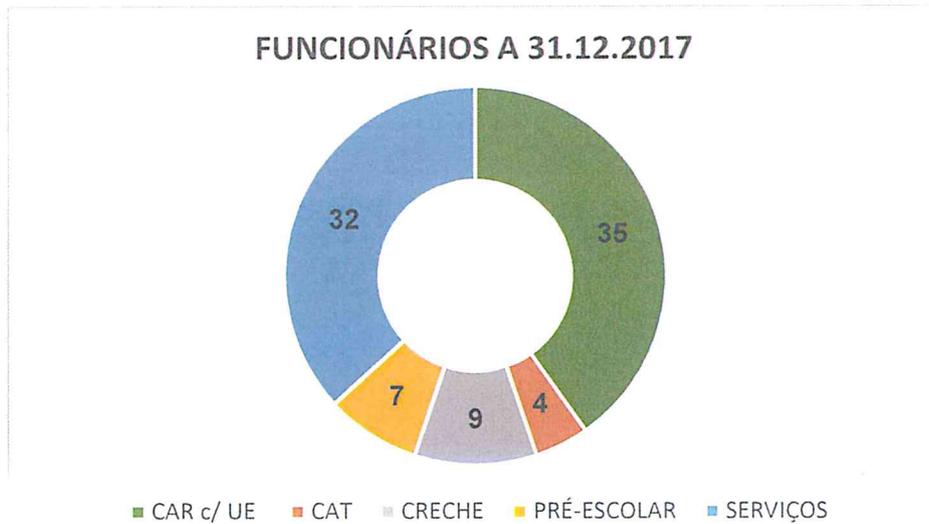


CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ



## 2. Funcionários

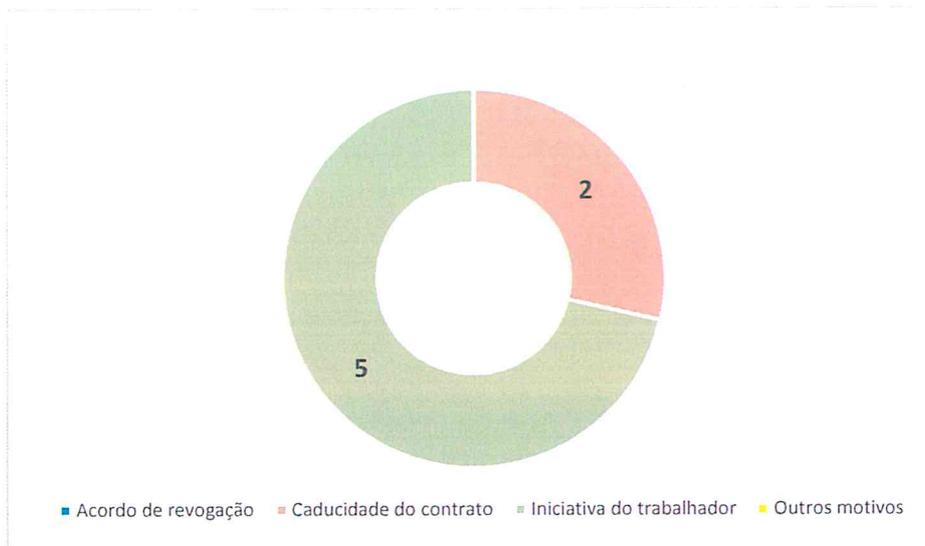
No final de 2018, o Centro Juvenil de Campanhã integrava nos seus quadros 82 funcionários e outros que prestam regularmente trabalho em regime de contrato de prestação de serviços que totalizam 9.



CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

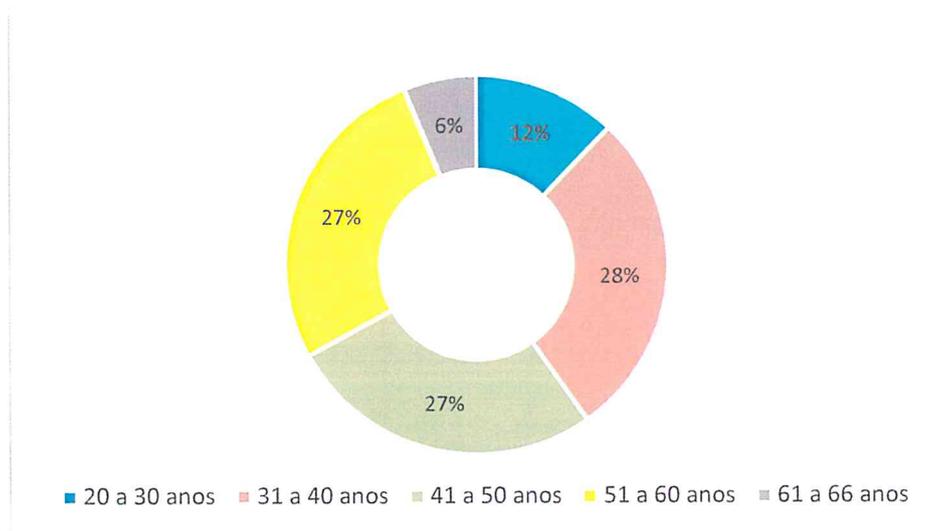
*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

### 3. Rescisões do Contrato de Trabalho



No ano 2018, cessaram o contrato de trabalho 7 pessoas

### 4. Faixas Etárias dos Colaboradores

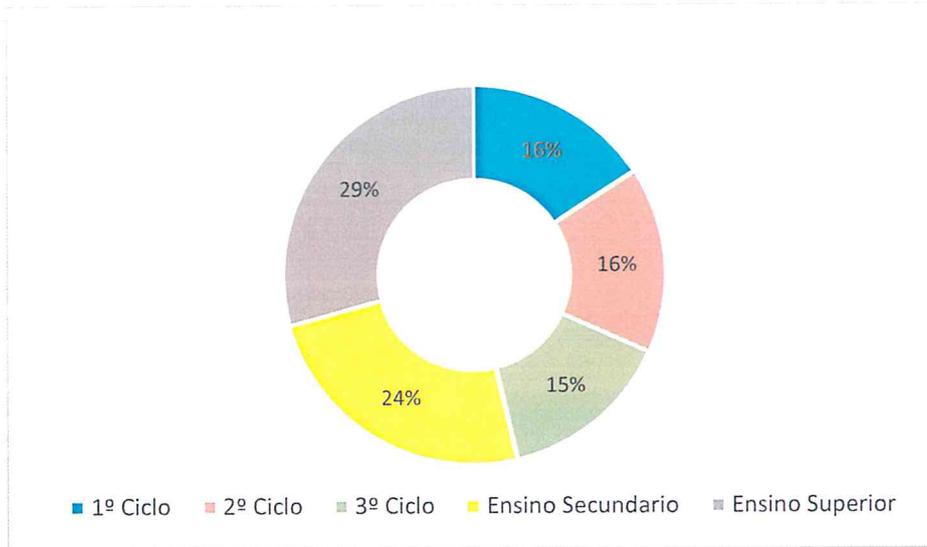


No ano 2018, a média de idades dos trabalhadores era de 44 anos

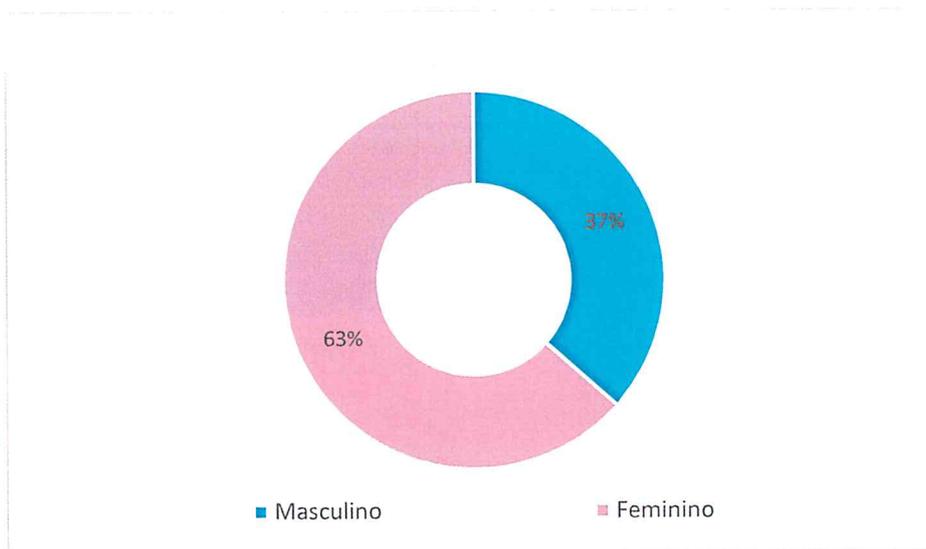
CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

*[Handwritten signatures and marks]*

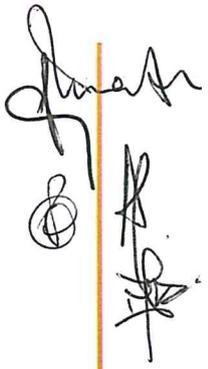
## 5. Habilitações Literárias



## 6. Género



CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ



## Demonstrações Financeiras

### 1. As Contas de 2018

#### Os Rendimentos

- Prestações de serviços/Ganhos
- Subsídios à Exploração e donativos
- Outros Rendimentos e Ganhos
- Juros, dividendos e outros rendimentos

**Total Rendimentos: 2 324 518,01 €**

#### Os Gastos

- Fornecedores e Serviços. Externos
- Gastos com Pessoal
- Gastos de Depreciações e de amortizações
- Gastos e perdas de financiamento
- Outros gastos e perdas

**Total Gastos: 1 594 258,13 €**

#### O Resultado Líquido do Exercício

Rendimentos       Gastos       Resultado Líquido do Exercício

Proposta da Administração à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

O Centro Juvenil de Campanhã apresenta um Resultado Líquido do Exercício de 731 104,26 € (setecentos e trinta e um mil, cento e quatro euros e vinte e seis cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação:

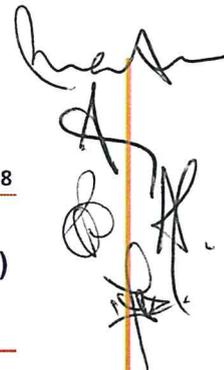
Transferência, na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

(Euros)

2. Balanço Individual em 31-12-2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		2.691.120,04	2.705.790,25
Bens do patrimonio historico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		2.417,69	2.417,69
Investimentos financeiros		8.827,72	6.160,31
Beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2.702.365,45</b>	<b>2.714.368,25</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		4.951,49	5.148,05
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		25,42	2,00
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		17.433,10	26.300,25
Caixa e depositos bancários		986.732,79	103.167,79
		<b>1.009.152,80</b>	<b>134.618,11</b>
<b>Total do activo</b>		<b>3.711.518,25</b>	<b>2.848.986,36</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		419.725,57	419.725,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		657.259,48	778.654,85
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		695.313,20	699.826,71
Resultado liquido do periodo		731.104,25	-121.595,38
		<b>2.503.412,51</b>	<b>1.776.821,76</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		395.565,99	309.867,96
Outras dividas a pagar		415.044,30	415.044,30
Outros		0,00	0,00
		<b>810.610,29</b>	<b>724.912,26</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		111.266,71	127.049,72
Estado e outros entes públicos		51.021,92	50.222,82
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		63.492,14	81.362,44
Diferimentos		0,00	0,00
Outras passivos correntes		171.714,68	88.617,36
		<b>397.495,45</b>	<b>347.252,34</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.208.105,74</b>	<b>1.072.164,60</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3.711.518,25</b>	<b>2.848.986,36</b>

Iva Azevedo  
C.E. 57535



(Euros)

### 3. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31-12-2018

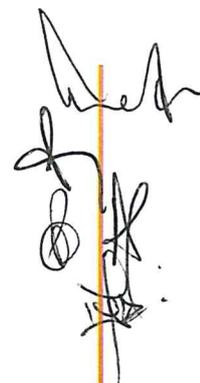
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		106.961,81	82.729,54
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais		1.229.837,36	1.262.149,82
Outros		1.461,00	2.358,45
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-82.574,13	-111.469,38
Fornecimentos e serviços externos		-254.608,09	-368.301,25
Gastos com o pessoal		-1.203.714,84	-1.184.856,24
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		79.215,60	155.651,98
Outros gastos		-10.401,97	-25.375,18
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-133.823,26</b>	<b>-187.112,26</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-29.540,72	-27.612,82
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-163.363,98</b>	<b>-214.725,08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		907.042,24	100.360,84
Juros e gastos similares suportados		-12.574,00	-7.231,14
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>731.104,26</b>	<b>-121.595,38</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>731.104,26</b>	<b>-121.595,38</b>

Iva Azevedo  
c.c. 57535

(Euros)

#### 4. Demonstração Individual de Resultados por Funções em 31-12-2018

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		106.961,81	82.729,54
Custos das vendas e dos serviços prestados		-82.574,13	-111.469,38
<b>Resultado bruto</b>		<b>24.387,68</b>	<b>-28.739,84</b>
Outros rendimentos		2.217.483,00	1.520.075,76
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-1.458.322,93	-1.553.157,49
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-35.823,41	-35.043,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>747.724,34</b>	<b>-96.865,36</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		-16.620,08	-24.730,02
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>731.104,26</b>	<b>-121.595,38</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>731.104,26</b>	<b>-121.595,38</b>



CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

**(Euros)**
**5. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31-12-2018**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u></b>			
Recebimentos de clientes e utentes		106.961,81	82.729,54
Pagamentos a fornecedores		-306.419,46	-409.719,58
Pagamentos ao pessoal		-704.515,95	-745.601,62
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-903.973,60</b>	<b>-1.072.591,66</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		871.032,51	947.014,39
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-32.941,09</b>	<b>-125.577,27</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-22.507,28	-8.382,79
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-0,29
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		6.733,77	4.514,63
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	94,87
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		880.114,92	59.506,64
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>864.341,41</b>	<b>55.733,06</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		259.900,00	146.000,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-192.072,27	-147.028,28
Juros e gastos similares		-10.138,54	-6.308,34
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-6.554,74	-18.867,01
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>51.134,45</b>	<b>-26.203,63</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>882.534,77</b>	<b>-96.047,84</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		103.217,67	198.923,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		985.752,44	102.875,80





## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de Campanhã, é uma instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos sob a forma de Associação e em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, procedeu a Direcção-Geral da Segurança Social ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública com sede social na Rua Pinheiro de Campanhã, 468 – 4300 415 Porto, tem como atividade a promoção da população infantil e juvenil de todo o país, bem como dos países de língua oficial portuguesa, numa perspectiva de solidariedade social.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março<sup>1</sup>. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2010, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, o Centro Juvenil de Campanhã preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2010 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2010.

<sup>1</sup> Alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de dezembro.



A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de dezembro de 2010, apresenta-se de acordo com a descrição do Balanço.

A reconciliação do resultado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2017, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, não obteve qualquer alteração.

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes às correções de erros.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Centro Juvenil de Campanhã na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o CJC continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



### 3.1.3. Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos



de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos que foram atribuídos ao CJC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CJC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro Juvenil de Campanhã adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente



intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que o CJC detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

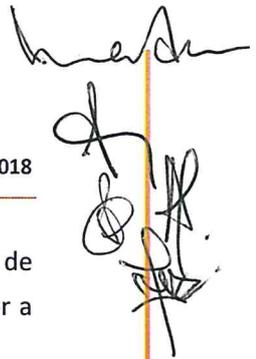
#### beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a



receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o CJC avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

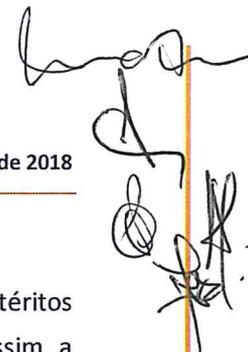
As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



### 3.2.5. Provisões

Periodicamente, o CJC analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.6. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

### 3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) o CJC está isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*



#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

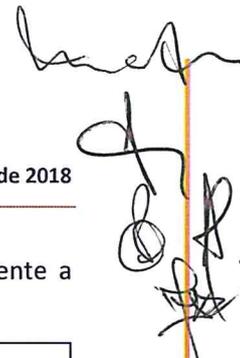
A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.767.267,62		6.733,77			2.760.533,85
Equipamento básico	257.333,29	12.298,71				269.632,00
Equipamento transporte	147.578,49					147.578,49
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	129.157,45	2.571,80				131.729,25
Outros Ativos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>3.707.981,84</b>	<b>14.870,51</b>	<b>6.733,77</b>			<b>3.716.118,58</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	500.215,86	13.971,49				514.187,35
Equipamento básico	246.683,01	3.891,67				250.574,68
Equipamento transporte	143.378,49					143.378,49
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	111.664,83	4.943,79				116.608,62
Outros Ativos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>1.002.191,59</b>	<b>22.806,95</b>				<b>1.024.998,54</b>

#### 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	459.058,13		459.058,13	391.230,40		391.230,40
Locações financeiras						
Contas caucionadas						
Contas bancárias de factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Descobertos bancários contratados						
Outros empréstimos - Formação						
<b>Total</b>	<b>459.058,13</b>		<b>459.058,13</b>	<b>391.230,40</b>		<b>391.230,40</b>



Em 31 de Dezembro de 2018, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Até um ano	63.492,14		63.492,14	81.362,44		81.362,44
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	395.565,99		395.565,99	309.867,96		309.867,96
<b>Total</b>	<b>459.058,13</b>		<b>459.058,13</b>	<b>391.230,40</b>		<b>391.230,40</b>

## 7. Inventários

Em 01 de Janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.741,15	67.976,71	39.971,96	5.148,06	57.723,81	24.606,70	4.961,49
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
<b>Total</b>	<b>8.741,15</b>	<b>67.976,71</b>	<b>39.971,96</b>	<b>5.148,06</b>	<b>57.723,81</b>	<b>24.606,70</b>	<b>4.961,49</b>
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				111.541,76			82.517,08
Variações nos inventários da produção							

## 8. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
Prestação de serviços	150.853,61	179.703,01
Quotas dos utilizadores	82.729,54	106.961,81
Quotas e jóias	570,00	480,00
Promoções para captação de recursos	62.423,39	56.920,76
Outros não especificados	5.130,68	15.340,44
Juros	445,33	73,20
Royalties		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>151.298,94</b>	<b>179.776,21</b>



## 9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2018
<b>Centro Regional Segurança Social</b>	<b>1.262.149,82</b>	<b>1.229.837,36</b>
Creches	145.854,48	149.065,44
Jardim de infância	108.846,18	114.380,04
Lares e internatos de crianças e jovens	911.724,68	876.362,80
Centro de acolhimento temporário	74.306,88	68.056,67
Unidade de emergência	21.417,60	21.972,41
<b>Autarquias e outros</b>	<b>2.358,45</b>	<b>1.461,00</b>
Apoios diversos	2.358,45	1.461,00
<b>Do Exterior</b>		
Fundo Social Europeu		
Orçamento Segurança Social		
<b>Total</b>	<b>1.264.508,27</b>	<b>1.231.298,36</b>

## 10. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "87" e em 31/12/2018 foi de "82".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	959.308,88	960.839,27
Benefícios Pós-Emprego		
Indeminizações		
Encargos sobre as Remunerações	213.683,36	214.569,61
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais	11.864,00	28.305,96
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal		
<b>Total</b>	<b>1.184.856,24</b>	<b>1.203.714,84</b>

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	22.410,50	13.543,34
Outros Devedores	3.732,17	3.708,80
Perdas por Imparidade		
<b>Total</b>	<b>26.142,67</b>	<b>17.252,14</b>

### 12.2. Caixa e Depósitos Bancários

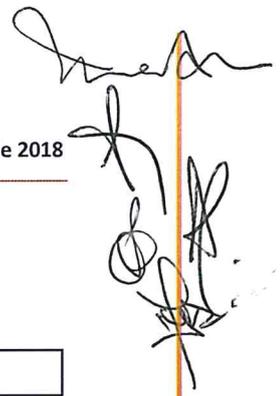
A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Caixa	1.377,05	2.550,90
Depósitos à ordem	91.790,74	146.966,89
Depósito a prazo	10.000,00	837.215,00
Outros	49,88	49,88
<b>Total</b>	<b>103.217,67</b>	<b>986.782,67</b>

### 12.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	419.725,57			419.725,57
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	778.864,86		121.595,38	657.269,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	699.826,71		4.513,51	695.313,20
<b>Total</b>	<b>1.898.417,14</b>		<b>126.108,89</b>	<b>1.772.308,25</b>



#### 12.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Fornecedores c/c	125.270,35	110.390,34
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>125.270,35</b>	<b>110.390,34</b>

#### 12.5. Estado e Outros Entes Públicos

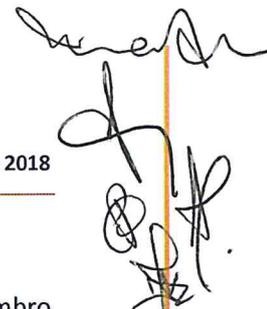
A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	-	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	8.489,95	8.516,58
Segurança Social	41.475,20	40.579,31
Outros Impostos e Taxas	257,67	1.900,61
<b>Total</b>	<b>50.222,82</b>	<b>50.996,50</b>

#### 12.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de investimentos		415.812,96		416.715,96
Credores por acréscimos de gastos		171.691,31		88.617,36
Outros credores		128,38		151,75
<b>Total</b>		<b>587.632,65</b>		<b>505.485,07</b>


**12.7. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2017	2018
Subcontratos		
Serviços especializados	182.831,55	79.543,60
Materiais	23.582,20	18.705,43
Energia e fluidos	112.460,51	109.243,59
Deslocações, estadas e transportes	8.625,35	5.996,86
Serviços diversos	47.144,37	41.118,61
<b>Total</b>	<b>374.643,98</b>	<b>254.608,09</b>

**12.8. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Rendimentos Suplementares	1.727,97	
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	341,87	1.030,23
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	99.915,51	906.969,04
Outros rendimentos e ganhos	153.582,14	78.185,37
<b>Total</b>	<b>255.567,49</b>	<b>986.184,64</b>

**12.9. Outros gastos e perdas**

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	1.129,71	1.719,27
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas de investimentos não financeiros		
Outros gastos e perdas	6.301,26	4.563,42
<b>Total</b>	<b>7.430,97</b>	<b>6.282,69</b>

### 12.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	6.308,34	10.138,54
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	18.867,01	6.554,74
<b>Total</b>	<b>25.175,35</b>	<b>16.693,28</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	445,33	73,20
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>445,33</b>	<b>73,20</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-24.730,02</b>	<b>-16.620,08</b>

### 12.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Administração do Centro Juvenil Campanhã em 11 de março de 2019.

Porto, 11 de março de 2019

A Administração

